

MEIO SÉCULO DE ESTUDOS BRASILEIROS NA UNIVERSIDADE PORTUGUESA

Em 1973 passa o primeiro centenário do nascimento do poeta, memorialista, cronista e diplomata Alberto de Oliveira. E, por coincidência, passa também o primeiro cinquentenário de um acontecimento notável a que está directamente ligado o nome, demasiado esquecido, do escritor neogarrettiano. Esse acontecimento foi a criação da cadeira de Estudos Brasileiros na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Nomeado Cônsul Geral de Portugal no Brasil em 1914, Alberto de Oliveira teve, um ano depois, por ocasião de uma viagem a Lisboa, a feliz ideia de propor ao governo português a criação dessa cadeira. A primeira vez que publicamente manifestou a sua ideia foi numa sessão da Academia de Ciências de Lisboa, que o nomeara seu sócio correspondente, algum tempo depois de a Academia Brasileira de Letras ter feito o mesmo. Essa nomeação teve lugar a 11 de Novembro de 1915 e veio relatada no Boletim da Segunda Classe da Academia, onde podia ler-se:

«Nessa mesma ordem de ideias o orador comunicou à Academia que é seu intento aproveitar a sua estada em Lisboa para recomendar aos poderes públicos a necessidade da criação de uma cadeira de história, geografia e literatura brasileiras, numa das nossas Faculdades de Letras. Só assim a nossa mocidade irá sendo educada no conhecimento da vida e cultura do Brasil e poderá acompanhar passo a passo os progressos dessa

grande nação, nos quais a actividade portuguesa tem ainda hoje parte tão preponderante, graças à continuidade da nossa emigração. E entende que, criada essa cadeira, deveremos convidar alguns professores brasileiros a virem alternadamente regê-la»¹.

Noutra sessão, de 3 de Dezembro de 1915, Alberto de Oliveira voltava ao assunto, depois de referir alguns aspectos da «passividade ou apatia» que a seu ver recaíra sobre «as relações intellectuais entre os dois povos»:

«Desejo apenas acrescentar que, no sentido das ideias que acabo de expor, estou diligenciando junto das estações competentes promover a criação de uma cadeira de estudos brasileiros, com carácter obrigatório, e regida por professores brasileiros, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Muita satisfação teria se este projecto merecesse o apoio da Academia, como já mereceu a simpatia e o interesse do nosso ilustre consócio, aqui presente, sr. dr. João de Barros, Secretário Geral do Ministério da Instrução Pública, que tanto tem feito pela aproximação intellectual dos dois países.

Se esta cadeira vier a criar-se, os estudantes da Faculdade de Letras, que se destinam em geral ao professorado, sairão daquela escola aptos a transmitir os conhecimentos adquiridos sobre a vida brasileira a novas camadas e gerações de alunos; e assim se desvanecerá rapidamente um estado de coisas que não podemos encarar hoje sem desgosto»².

O projecto de Alberto de Oliveira — que manifestou também o desejo de que «os alunos das escolas superiores do Brasil pudessem matricular-se em qualquer ano das nossas

¹ Alberto de Oliveira, *Na Outra Banda de Portugal*, Lisboa, Portugal-Brasil, (1919), págs. 83-84. Modernizámos a ortografia.

² *Op. cit.*, págs. 96-97.

*Universidades, desde que se submetessem a um exame de admissão»*³ — mereceu a aprovação unânime dos «sócios de todas as classes» da Academia de Ciências, entre os quais se contavam Henrique Lopes de Mendonça, Teixeira de Queiroz, Júlio Dantas, David Lopes e João de Barros, que «ergueram a sua voz» num «côro de simpatia e orgulho pelo Brasil»⁴.

Dias depois, Alberto de Oliveira procurou o apoio da Faculdade de Letras de Lisboa, de que eram então professores Teófilo Braga, José Leite de Vasconcelos, Adolfo Coelho, José Maria Rodrigues, David Lopes, Silva Teles, Manuel Oliveira Ramos, Augusto Epifânio da Silva Dias, Agostinho Fortes:

«O director da Faculdade, Dr. Queiroz Veloso, tomou logo a peito a ideia simpática a todos e não tardou em convocar os seus colegas, alguns dos quais já tinham votado na Academia, para os ouvir sobre ela. A aprovação foi ainda uma vez unânime»⁵.

É o próprio Conselho da Faculdade de Letras que decide fazer a proposta ao Ministério da Instrução Pública, ao mesmo tempo que Alberto de Oliveira efectua outras démarches para que ela seja aprovada. Mas a sua ideia encontra só apoio caloroso junto de pessoas como o Presidente da República, Bernardino Machado, o Chefe do Governo, Afonso Costa, e outros representantes dos poderes públicos. Assim, o Ministro da Instrução Pública, Pedro Martins, que de resto tinha como Secretário Geral o já então grande amigo do Brasil Dr. João de Barros, não pôs qualquer restrição à proposta da Faculdade de Letras, que transformou em projecto de lei e que fez seguir sem demora para o Congresso e para a Câmara dos Deputados. Aqui, esse projecto teve como relator o próprio João de Barros, e, depois de uma discussão que

³ *Op. cit.*, pág. 98.

⁴ *Op. cit.*, pág. 103.

⁵ *Op. cit.*, pág. 105.

mais valeu como «um hino ao Brasil», para usar a expressão de Alberto de Oliveira, veio a ser aprovado por unanimidade. Eis o texto com que foi oficialmente criada a Cadeira de Estudos Brasileiros da Faculdade de Letras de Lisboa (Lei 586 de 12 de Junho de 1916):

«Artigo 1.º — É criada, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, uma cadeira de estudos brasileiros, que será comum a todas as secções da mesma Faculdade.

Art. 2.º — Na cadeira de estudos brasileiros deverá estudar-se simultaneamente a história política e económica desse país, a sua literatura, as suas condições geográficas, a sua etnografia, a sua arte, enfim, as diversas modalidades da civilização brasileira sob todos os aspectos.

Art. 3.º — A cadeira de estudos brasileiros deverá ser, em regra, regida por um Brasileiro de reconhecida competência, contratado pela Faculdade com autorização do Governo.

Parágrafo único — Quando seja impossível o provimento da referida cadeira por essa forma, será então provida por concurso de provas públicas em indivíduo de nacionalidade portuguesa, devendo o programa do concurso ser organizado pela Faculdade e submetido à aprovação do Governo.

Art. 4.º — O vencimento do professor da cadeira de estudos brasileiros fica a cargo do Estado e será igual ao dos professores ordinários⁶ da Faculdade de Letras.

Art. 5.º — Fica revogada a legislação em contrário⁷.

⁶ A designação de «professor ordinário» corresponde à designação actual de «professor catedrático».

⁷ *Op. cit.*, págs. 109-110.

Dez dias depois de aprovada esta lei, a 22 de Junho, Alberto de Oliveira, cheio de natural regozijo, dava-a a conhecer à Academia Brasileira de Letras, num comunicado em que pedia a esta instituição que intervisse ou exercesse «uma influência discreta» na nomeação dos professores da Cadeira de Estudos Brasileiros⁸. Por sua vez, a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa delegou na mesma Academia Brasileira, por intermédio do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, o encargo de escolher o primeiro professor.

Acedendo ao convite, a Academia Brasileira de Letras resolveu nomear Miguel Calmon, que se preparava para viajar quando a entrada do Brasil na Grande Guerra o impediu. Depois, outras razões o terão levado a desistir de ocupar o cargo, para que foram sugeridos outros nomes: o de Lúcio de Azevedo (por Alberto de Oliveira), o de Graça Aranha e de Manuel de Sousa Pinto (por João de Barros) e o de Afrânio Peixoto. Todavia, a Academia Brasileira de Letras acabou por indicar o nome de Coelho Neto que, por motivos particulares, veio a declinar o convite.

Mas, antes ainda de ele o fazer de forma definitiva, a Faculdade de Letras de Lisboa, já impaciente com os sucessivos adiamentos, e aproveitando o facto de se encontrar em Portugal o diplomata e historiador Oliveira Lima — brasileiro filho de um português do Porto e que fizera estudos superiores na própria Faculdade de Letras de Lisboa (quando ainda era «Curso Superior de Letras») — resolveu solicitar à Academia Brasileira a sua nomeação. Esta foi imediatamente aprovada pelo então presidente Afrânio Peixoto, e Oliveira Lima pôde assim inaugurar a Cadeira de Estudos Brasileiros, a 9 de Junho de 1923, com uma lição intitulada «A independência do Brasil como movimento a um tempo conservador e revolucionário».

Essa lição, bem como as que se lhe seguiram, pronunciadas a 16, 23 e 30 do mesmo mês, portanto em número total de quatro (e não de duas, como disse A. da Silva

⁸ *Op. cit.*, pág. 111.

*Rego*⁹, enganado aliás por Mário de Albuquerque¹⁰, que regeu a Cadeira de Estudos Brasileiros) foram ainda em 1923 publicados no volume *Aspectos da História e da Cultura do Brasil* (Lisboa, Clássica Editora), que contém igualmente o discurso de Queiroz Veloso, ainda Director da Faculdade de Letras, que fez a história da criação da cadeira e apresentou Oliveira Lima; o discurso de Manuel Múrias, ao tempo aluno da mesma faculdade, que saudou o «eminente historiador» brasileiro e teceu rápidas considerações sobre o intercâmbio luso-brasileiro¹¹; o breve texto de Teófilo Braga, antigo professor de Oliveira Lima e na altura «cego e trôpego» com 80 anos, que encerrou as lições; e ainda, em apêndice, o discurso com que a 9 de Julho de 1923 o director da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Eugénio de Castro, saudou o seu antigo companheiro de estudo Oliveira Lima, que foi pronunciar duas das lições de Lisboa — às quais juntou um pequeno texto de circunstância, que o volume também inclui — na Sala dos Capelos da Universidade de Coimbra.

Chamado a ocupar, a título permanente, o lugar de catedrático de Direito Internacional na Universidade Católica de Washington, Oliveira Lima deixou logo vaga a Cadeira de Estudos Brasileiros. Eis por que o director da Faculdade de Letras decidiu contratar o brasileiro Manuel de Sousa Pinto, que viera para Portugal aos 3 anos, e que aqui se formara em Direito e em Letras. Por despacho de 8 de Dezembro de 1923, foi o ilustre polígrafo — que os Dicionários de

⁹ *Relações Luso-Brasileiras* (1822-1953), Ed. Panorama, Lisboa, 1966, pág. 112.

¹⁰ *Revista Atlântico*, n.º 4, 1943, pág. 148: «o erudito Oliveira Lima julgo que não deu mais de que as duas lições que correm impressas».

¹¹ Hoje que o Brasil já atingiu, por si só, o número de 100 milhões de habitantes, não deixará de ser curioso notar uma afirmação, que ao tempo deveria parecer ousada, de Manuel Múrias: «Virá porventura um dia em que cem milhões de homens, derivados ou transformados pela gente portuguesa, encherão o interior vastíssimo do Brasil, e os planaltos salubérrimos de Angola» e «falarão o português» (págs. 16-17).

Jacinto do Prado Coelho e de José Paulo Paes-Massaud Moisés lamentavelmente esquecem — nomeado «professor ordinário» da Cadeira de Estudos Brasileiros, que ocupou até à sua morte, ocorrida a 7 de Junho de 1934. Sucedeu-lhe no cargo Mário de Albuquerque, o qual regeu a cadeira até 1957.

Entretanto, pela reforma da Faculdade de Letras de 25 de Fevereiro de 1930, a cadeira deixara de ser «comum a todas as secções» para passar a ser obrigatória apenas para os alunos de Filologia Românica. Mas, mais tarde, houve necessidade de criar uma cadeira de história do Brasil para os alunos de história, tendo a Cadeira de Estudos Brasileiros passado a designar-se de Literatura Brasileira. Esta cadeira tem sido regida, na Faculdade de Letras de Lisboa, por Vitorino Nemésio, até 1971, coadjuvado ou sucedido por Maria Lúcia Lepecki e por Fernando Cristóvão; na Faculdade de Letras de Coimbra, onde foi criada em 1957, mas só começou a ser ensinada em 1960, tem sido regida por Joance Passos (1960-1962), Guilhermino César (1962-1965; 1968-1970), Temístocles Linhares (1965-1967), Ofélia Paiva Monteiro (1967-1968; 1972-1973), Hamilton Elia (1970-1971) e Leodegário A. de Azevedo Filho (1971-1972)¹²; na Faculdade de Letras do Porto, onde começou a funcionar no ano de 1972-1973, é dirigida por Teresa Leal Martínez e por Arnaldo Saraiva.

É evidente que com a criação oficial de uma cadeira de estudos brasileiros, estava aberto o caminho para a de outros órgãos de difusão e de estudo da cultura brasileira em Portugal. A criação da Sala do Brasil na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra — de que era então director o poeta Eugénio de Castro — em 7 de Dezembro de 1937, ou a do Instituto de Estudos Brasileiros da Faculdade de Letras de Lisboa devem-se, como ó óbvio, à existência da cadeira.

¹² Devo ao Senhor Professor Doutor Américo da Costa Ramalho, Director da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, a informação de que aqui me valho, e que muito agradeço.

Hoje, porém, não é só nas Universidades de Lisboa e de Coimbra que se estuda a literatura e a história do Brasil, que naturalmente são cada vez mais importantes, para os portugueses e para o mundo. Esperemos, pois, que não tarde a criação de um Instituto de Estudos Brasileiros na Faculdade de Letras do Porto.

Arnaldo Saraiva

Fevereiro, 1973